

## *A Reforma Administrativa*

**E**NFEIXAM-SE, neste volume 73, da "Revista do Serviço Público", correspondente ao trimestre final de 1956, documentos oficiais e não oficiais, de índole e origem diversas, relativos à Reforma da Administração Pública Federal, que vem constituindo, nos últimos anos, preocupação constante dos círculos governamentais e da opinião esclarecida do país.

Justifica-se a publicação dêste acervo de documentos, ainda que porventura incompleta, em virtude de seu caráter esparso e fragmentário e, sobretudo, pela dificuldade que existe em se obterem textos autênticos de Mensagens, Anteprojetos, Exposições de Motivos, Pareceres, Votos em separado, Discursos e pronunciamentos emitidos em ocasiões e circunstâncias diferentes, tanto pelo Poder Executivo como pelo Legislativo. De resto, organizações privadas também se têm manifestado sobre o assunto, às vészes aduzindo bons elementos, de forma que se torna de real utilidade (foi o pensamento da atual Direção da "Revista do Serviço Público") compendiar matéria tão dispersa, a fim de possibilitar a parlamentares e administradores, ou a estudiosos de Ciências Sociais, um julgamento global sobre as correntes de opinião, de idéias e — por que não de sentimentos? — que orientaram os planos de Reforma, até agora apresentados e em discussão.

Assim como se divulgaram em ocasião anterior (julho de 1956), para melhor conhecimento do público, os trabalhos da Comissão de juristas, nomeada pelo Senhor Ministro da Justiça, com o fim de sugerir emendas ao texto constitucional vigente, a mesma vontade de documentar parcialmente esta fase da vida pública brasileira leva-nos a reunir, neste número, as peças de maior expressão que logramos localizar para a exata compreensão dêsse equacionamento experimental do problema administrativo.

Mas com a presente publicação não nos propomos apenas reunir documentos: talvez com imoderada ambição, pensamos ofe-

recer um corte transversal da opinião dirigente do país através de pronunciamentos oficiais devidamente organizados; e, na medida em que êsse corte transversal permitir conclusões validas, nessa medida mesma teremos sido bem bem sucedidos em prepará-lo.

À guisa de introdução, precedendo a matéria documental, apresentamos alguns ensaios, assinados por autoridades nas questões versadas, que visam a elucidar pontos importantes dos problemas que, direta ou indiretamente, se relacionam com a Reforma Administrativa. Outros poderiam ter sido acrescentados e sobre assuntos de igual ou mais viva atualidade. Não pretendemos, porém, abordar todos os problemas nacionais de diferentes categorias, que poderiam interessar à Administração Pública Federal. Quisemos tão somente focalizar a atenção do público para algumas questões que, sem dúvida, precisam de ser ponderadas com cuidado na formulação adequada dêsse problema administrativo. Todavia, a interpretação correta da matéria até agora discutida, só uma descrição analítica e minuciosa poderá facilitá-la, balanceando-lhe os elementos característicos e problemas fundamentais, averiguando-lhe as tendências de maior força. Motivos de ordem técnica impedem-nos de incluir neste número o referido exame crítico, o que será feito oportunamente, para melhor esclarecimento dos leitores.

É quase desnecessário dizer que não pretendemos enveredar por seara alheia: a do historiador, e menos ainda meter ombros no que seria tarefa do sociólogo. Não é êste o lugar próprio, e, mesmo que não nos faltasse (como nos falta) autoridade para tal aventura, qualquer julgamento estaria viciado originariamente pelo seu caráter prematuro e precipitado — o que se tornaria imperdoável. Temos bem presente a advertência de figura muito combatida — mas de bom senso que, às vêzes, não lhe reconhecem — a propósito do perigo de nos adiantarmos sobre os arestos da história: “Si haut que nous nous placions pour juger notre temps, l'historien futur le jugera de plus haut encore... En vain tenterions-nous de devenir notre propre historien: l'historien lui-même est créature historique. Nous devons nous contenter de faire notre histoire à l'aveuglette, au jour le jour, en choisissant de tous les partis celui qui nous semble présentement le meilleur; mais nous ne pourrons jamais prendre sur elle ces vues cavalières qui ont fait la fortune de Taine et de Michélet: nous sommes dedans.” (JEAN-PAUL SARTRE, Situations II, Gallimard, p. 42).

*Não se cogita apenas, repetimos, de servir documentalmente àqueles que estão diretamente ligados ao problema, isto é, aos que participam do Governo. O enderêço da coletânea, que ora apresentamos ao público, é mais vasto: trata-se a rigor de "documentos para servir à história do nosso tempo". Procura-se apresentar à consideração de sociólogos, juristas ou economistas, dados para o delineamento do quadro institucional projetado e da organização administrativa proposta — necessariamente baseados na situação — vigente dentro dos quais se efetivaria ou efetivará a política do Governo Brasileiro, em seus diversos setores. Se, hoje ou amanhã, vier a ser feita a indagação de qual o pensamento da elite brasileira, em meados do século XX, sôbre o que deveria ser a Administração Pública Federal, cuidamos que, sem exagêro, em poucos repositórios documentais há de encontrar-se resposta tão variada como neste volume. Se a conclusão, a respeito dessa resposta, será ou não favorável à acuidade dos homens de hoje, não nos cabe prever, nem foi essa a tarefa que nos impusemos.*